

**INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00000606-1**

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, e **WILMAR HAHNEBACH**, inscrito no CPF sob o n. 586.367.149-15, residente na rua Tiroleses, n. 3318, bairro Tiroleses, município de Timbó/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00000606-1, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da CF/88), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (artigo 129, inciso III e IV, da CF/88, e art. 82, inciso I, da Lei n. 8.078/90);

**CONSIDERANDO** que, em obediência ao disposto no artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, no sentido de instar o Estado a promover, na forma da Lei, a defesa do consumidor, foi publicado, em 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90);

**CONSIDERANDO** ser direito básico do consumidor a proteção da vida, da saúde e da segurança contra os riscos provocados por práticas no

fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

**CONSIDERANDO** que *"o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança"* (art. 10 do Código de Defesa do Consumidor);

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 18, § 6º, inciso II, dispõe que são impróprios ao uso e consumo: os produtos deteriorados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivo à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

**CONSIDERANDO** que o artigo 39, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que *"é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (...)";*

**CONSIDERANDO** que o § 1º do art. 55 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias";*

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 8.137/90, em seu art. 7º, IX, diz constituir crime contra as relações de consumo *"vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo";*

**CONSIDERANDO** as disposições do Decreto Estadual n. 31.455/87,

que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei n. 6.320/83, as quais dispõem sobre alimentos e bebidas;

**CONSIDERANDO** que é obrigatória a prévia inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos de origem animal e dos produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, nos termos das Leis n. 1.283/50 e 7.889/89, das Leis Estaduais n. 8.534/92 e 10.610/97, bem como dos decretos que as regulamentam;

**CONSIDERANDO** que a ingestão de produtos impróprios para o consumo pode ocasionar sérios problemas de saúde aos consumidores, podendo levar, inclusive, à morte;

**CONSIDERANDO** que durante fiscalização realizada pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, em 8/2/2021, na propriedade do COMPROMISSÁRIO, foram constatadas as atividades de abate de suínos e aves, industrialização de derivados de carne (linguiça defumada, toucinho e banha), produção de queijos diversos e nata, produção de ovos, etc, tudo sem registro nos órgãos de inspeção sanitária, para a comercialização no próprio local, e, ainda, que as condições de higiene e armazenamento eram inadequados;

**CONSIDERANDO** que foram apreendidos pela CIDASC, na data de 12/2/2021: 265 peças de queijos; 3 peças de toucinho; 4 pacotes de queijo branco; 60 pacotes com queijo em pedaços; 6 potes de mel; 25,5kg de produtos cárneos (tilápia, suína, miúdos e frango; 5 bandejas de ovos; 10 pacotes de aproximadamente 15kg de carnes que estavam em freezers, todos impróprios para consumo;

**CONSIDERANDO** que, diante das irregularidades acima identificadas, o Investigado agiu em dissonância com as normas consumeristas e similares que foram acima transcritas, tendo, inclusive, a mercadoria sido inutilizada;

**RESOLVEM** celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO**

1. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir todas as exigências exaradas pelas autoridades sanitárias no que toca às irregularidades constatadas durante vistoria efetuada em seu estabelecimento / propriedade.

2. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a registrar e adaptar suas atividades às disposições legais e sanitárias no **prazo de 90 (noventa) dias**, a contar da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta, observando todas as normas para a fabricação, distribuição, manipulação, acondicionamento, higiênico-sanitárias, etc, visando, sempre, a preservação da saúde do consumidor, em especial:

**2.1** Não expor à venda produtos que não estejam devidamente registrados no órgão público sanitário competente;

**2.2** Não reaproveitar alimentos com prazo de validade vencido;

**2.3** Não colocar novos prazos de validade em produtos cujos prazos estejam vencidos ou por vencer;

**2.4** Não vender produtos cujo rótulo não apresente a data de validade;

**2.5** Não vender produtos com prazo de validade vencido;

**2.6** Não comercializar produtos com alteração nas suas propriedades organolépticas, que apresentem elementos estranhos ou impurezas;

**2.7** Não comercializar produtos de origem animal e derivados sem que estejam previamente submetidos à inspeção pelo órgão competente (Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Federal);

**2.8** Observar as diretrizes legais, notadamente as atinentes às

questões estruturais, de armazenamento e higiênico-sanitárias preconizadas para produção de queijos e outros laticínios, ovos, bem como produtos derivados carnes (linguiça, banha e outros cortes carnes, inclusive de aves e pescados);

**2.9** Proceder ao registro de todos os animais (suínos, galinhas, frangos etc) perante a CIDASC.

**3.** O COMPROMISSÁRIO compromete-se a comercializar (receber, ter em depósito, vender etc.) somente produtos próprios e adequados ao consumo, conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, bem como a manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo no que se refere a prazo de validade, procedência, selos de fiscalização, temperatura, produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, daqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição, apresentação ou acondicionamento.

**4.** O COMPROMISSÁRIO se compromete a seguir rigorosamente as normas sanitárias relativas à higiene e limpeza de seu estabelecimento / propriedade, bem como providenciar insumos para a correta higienização.

**5.** Para a comprovação do descumprimento do avençado nesta cláusula primeira, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIAS E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO**

Pelos danos decorrentes da comercialização de produtos impróprios para consumo, o COMPROMISSÁRIO se compromete a efetuar o pagamento, da quantia de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)** ao Fundo de Reconstituição de Bens

Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante o pagamento de boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça. O valor poderá ser parcelado em até 6 (seis) vezes, com pagamento da primeira parcela em até 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** A comprovação desta obrigação deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento por meio da apresentação de comprovante de quitação nesta Promotoria de Justiça.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: MULTA PELO DESCUMPRIMENTO**

O COMPROMISSÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa cominatória no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por descumprimento de cada um das obrigações descritas nas cláusulas anteriores, acrescida, sendo o caso, de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por quilo de produto impróprio eventualmente apreendido pelos órgãos de fiscalização, tudo recolhido em favor do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL).

Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

### **CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua

assinatura.

Fica, desde logo, cientificado o COMPROMISSÁRIO de que este procedimento será arquivado e encaminhado à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, que poderá ou não confirmar a homologação. As partes reconhecem, independentemente disso, a certeza e liquidez das obrigações assumidas no presente compromisso.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Timbó, 26 de agosto de 2021.

[assinado digitalmente]

TIAGO DAVI SCHMITT  
Promotor de Justiça

WILMAR HAHNEBACH  
Compromissário

Testemunha:



ANI CAROLINI DA SILVA  
Assistente de Promotoria